



2015: Aprofundar o De Braços Abertos - Redução de Danos e Cidadania Ativa

Fabio Belloni – Diretor da ABRASME e membro do MNDH - SP e do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Leonardo Pinho – Presidente do Conselho Municipal de Drogas (COMUDA), Diretor da Abrasme e UNISOL Brasil, do MNDH- SP e coordenador do GT de Saúde Mental e Drogas do Conselho Estadual do Direito da Pessoa Humana (CONDEPE).

No dia 17 de dezembro de 2014 o prefeito Fernando Haddad convocou uma reunião com diversos representantes de entidades e movimentos sociais que pesquisam e trabalham com políticas de drogas, redução de danos e projetos de inclusão social de usuários de álcool e outras drogas para debater o Programa De Braços Abertos (DBA).

A reunião teve como pauta o retorno das barracas no “Fluxo” - cena de uso - na região da Luz e uma reorganização da distribuição da droga na região.

A própria pauta da reunião no final de ano e como a mesma foi colocada já demonstra a sinuca de bico para o ano de 2015 acerca da ampliação e consolidação do sentido geral inovador do Programa.

A última reunião do ano com a presença do Prefeito e de diversos Secretários em vez de fazer uma avaliação acerca de quais os impactos das ações do Programa, de anunciar novas estratégias de promoção de uma Política de Drogas Pública e Não Segregativa teve como centralidade o tema da Segurança Pública, não no seu sentido mais Público, mas sim, da necessidade de ações policiais/repressão. A dúvida que nos fica é porque a Prefeitura assume esse lugar e não chama publicamente a responsabilidade do Governo do Estado, responsável direto, pelas Policias Militares e Civil?

Essa lógica ficou claro quando ficamos sabendo que mais uma vez houve mudanças na Coordenação do Programa e o Prefeito apresentou o Capitão que integra a Assessoria Policial Militar do Gabinete do Prefeito, como parte de seus interlocutores no Programa. Em sua fala o Capitão faz a típica avaliação e linguagem de um oficial formado/educado pela Polícia Militar. Nada contra o Capitão, mas coloca-lo na centralidade do Programa além de ter uma simbologia grande é chamar alguém que tem como sua principal formação a lógica da PM, educada para uma Segurança Pública, fundada na



repressão, alguém sem familiaridade com as estratégias do SUS, SUAS, Redução de Danos e projetos de promoção de uma cidadania ativa.

Aqui, reforçamos que as ações de Policia, propriamente dita, devam ser realizadas, mas não ganhando relevo no Programa, e muito menos, voltado aos usuários do "Fluxo", mesmo que sob o rótulo de "associado ao tráfico", até porque o nível de associação naquela população é irrisória dentro da cadeia produtiva do tráfico. O fundamental na ação policial não é contra o "nóia", mas sim, de inteligência, para desmembrar os elos de produção, logística e distribuição que fazem com que essa droga chegue na região da Luz. Quais são os responsáveis por esse processo? Isso, sim seria uma ação policial eficaz. O que o Governo do Estado tem a dizer?

Apenas, o debate com centralidade no uso da força policial na região da Luz, desvirtua o sentido mais inovador do Programa DBA, pois inverte no vértice, seu sentido e volta ao raciocínio presente nos Programas anteriores como foi a desastrosa Operação Sufoco. Sabemos pela ação prática do Prefeito e de seus Secretários, que não pretendem reeditar operações como essa, mas a reprodução lógica da centralidade da ação policial, da repressão, contra o "Fluxo" mostra uma armadilha ao DBA, que pode levar ao seu desvirtuamento.

A resposta as "Barracas", as idas e vindas, os aumentos da cena de uso, as violências internas no "Fluxo", não serão respondidos pela ação policial (como já foi feito em dezenas de ações anteriores, que por sinal só agravava o problema), mas sim, com o aprofundamento do sentido geral do Programa, baseado na Redução de Danos e nos processos de promoção de direitos de cidadania.

As vezes, as políticas públicas, como espelho, refletem a "nóia" do usuário de crack, animadas por um sensacionalismo midiático, por pressões políticas de setores que acreditam e apoiam a "Guerra as Drogas" e também por setores da especulação imobiliária (que sonham com a Limpeza dos Pobres e Feios da região, para aumentar o valor de suas propriedades) e querem respostas rápidas a problemas complexos e que a décadas se instalam na região. Precisamos lembrar que o DBA tem apenas 1 (um) ano de existência.

Infelizmente, para nós o principal debate acerca do DBA e da região da Luz, ainda não ganhou relevo, que é o da disputa do território, e quando aparece, sempre esta associado apenas ao "tráfico de drogas", como se essa fosse, a disputa central. Para nós, além da disputa que existe do



“tráfico” e que como apontamos que deve ser encarado com “inteligência”, com o desmembramento das estruturas que sustentam esse processo, sua logística e essa cadeia produtiva, o fundamental é saber se a Região da Luz será um território de Direitos Humanos, ou se vai servir, como mais uma região voltada a especulação imobiliária de grandes grupos econômicos.

Sabemos, que existem “Grandes Empresas”, com interesses na região, como a Porto Seguro, Itaú e outras, que querem o “Higienismo Social”. A mesma região que foi abandonada na cidade durante décadas, agora é de interesse desses setores, para isso precisam agora tirar os “indesejados”. A Porto Seguro, conhecida como uma das donas da região, já tem todo um Plano de Revitalização.

Reafirmamos (como já foi feito em várias reuniões), que o Programa DBA precisa ter ações de ocupação permanente do território com Pontos de Cultura, Moradias Populares, Cooperativas, Centros de Convivência (CECCO’s) e outras iniciativas de valorização do espaço público. Queremos uma Luz que promova Cultura, os Direitos Humanos, a Convivência Pública e Cidadania e não uma Luz que vai ter seu espaço Privatizado e colocado a serviço da Especulação Imobiliária.

Nessa perspectiva queremos que em 2015 o Programa DBA aprofunde suas ações de Redução de Danos e de Promoção de Cidadania!

Algumas Propostas para o DBA:

1. A ampliação do DBA para diversas regiões da Cidade deve ser acompanhada, da ampliação das Unidades de Acolhimento/ Repúblicas Terapêuticas (como na experiência exitosa de São Bernardo do Campo). As vagas de hotéis precisam ser pontuais e transitórias, para ampliar vínculos, e devem garantir encaminhamentos para essas Unidades/ Repúblicas em diversas regiões da cidade, descentralizando ações e potencializando novos convívios;
2. Ampliação de outras alternativas de Trabalho para os beneficiários do DBA. A estratégia da varrição, através do POT, e os encaminhamentos iniciais para os Postos de Trabalho em empresas, mostram o potencial da Inclusão pelo Trabalho, mas o Programa DBA, precisa ampliar suas possibilidades, como o desenvolvimento de projetos coletivos, associativos e cooperados, visando ter outras alternativas para processos de Inclusão Social pelo Trabalho, com níveis diferenciados de exigência;



3. Criação de Pontos de Cultura e de 1 (um) Centro de Convivência e Cooperativismo (CECCO) na Região visando integrar, articular e promover as diversas atividades de Arte, Convivência e Cultura. Promovendo apresentações culturais, projetos de inclusão social, trazendo novos públicos a região e também promovendo atividades lúdicas e educativas com os beneficiários do DBA;
4. Construção de uma Coordenação Permanente do DBA com as Secretárias envolvidas, o COMUDA, entidades e movimentos que trabalham com redução de danos e políticas de álcool e outras drogas. Fortalecendo o sentido inovador da Participação Popular na condução e planejamento das ações do DBA.